

FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS ORGÂNICOS: O CASO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) -TO

Rejane C. M. de Almeida/UFT
Doutoranda em Sociologia/UFG

Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a formação de intelectuais orgânicos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e compõe os estudos de doutorado em Sociologia. A questão que se coloca é como ocorre a formação do sujeito político coletivo no MST. E, sobretudo, entender de que forma a práxis política desenvolvida pelo grupo contribui na formação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra envolvidos no processo da luta pela terra, que revele educação. A pesquisa tem como metodologia observações, entrevistas semiestruturadas com militantes do movimento, ambos realizados nos locais de formação política da militância, como: ocupações, marchas, encontros e manifestações. Ressalta-se que a pesquisa se encontra em andamento. O resultado parcial indica que ocorre educação em espaços formativos que não são a escola. Especialmente, que a educação nesses espaços elabora uma gramática política que resulta de processos de interação de saberes mais amplos e que envolve práticas educativas.

Palavras-chave: MST; Formação política; Educação; MST

Resumen

El artículo tiene por objetivo presentar algunas reflexiones acerca de la formación de intelectuales orgánicos en el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, y forma parte de los estudios de mi doctorado en Sociología. La cuestión que se aborda es cómo ocurre la formación del sujeto político colectivo en el MST, y, sobre todo, entender de qué forma la praxis política desarrollada por el grupo contribuye a la formación de los trabajadores rurales Sin Tierra involucrados en el proceso de lucha por la tierra que incluye educación. La investigación tiene, como metodología, observaciones y entrevistas semiestruturadas a militantes del movimiento, ambas realizadas en los espacios de formación política de la militancia, como ocupaciones, marchas, encuentros y manifestaciones. Se destaca que la investigación se encuentra aún en realización. El resultado parcial de los estudios indica que la educación se concreta en estos espacios formativos que no son una escuela. Especialmente, la educación en estos espacios construye una gramática política que surge de procesos de interacción de saberes más amplos que envuelve las prácticas educativas.

Palabras-clave: MST; Formación política; Educación

Introdução

Compreender a formação humana como dimensão sociocultural é buscar capturar o sentido educativo defendido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por sentido sociocultural entende-se a produção histórica de um conjunto articulado de significados a que se forja a formação do Sem Terra enquanto sujeito político coletivo, que vive um processo dialético, de produto e de agente de formação. Para Caldart (2004, p.33), não se trata de fazer referência a novos sujeitos e sim entender que “os sem-terra assentados podem até ser considerados uma nova forma de campesinato, [...] mas jamais serão os mesmos camponeses de antes. Por isso, continuam chamando-se e sendo chamados de Sem Terra, e participam do MST; porque essa é a nova identidade [...]”.

Como sujeito social, os Sem Terra constituem um coletivo que, em luta, busca garantir sua própria existência social, como classe trabalhadora que vive da terra; formam uma realidade social que tem no modo de produção da vida material o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Assim, os Sem Terra têm o sentido de sujeito coletivo, com participação em mobilizações e ações coletivas. No entanto, quando se refere à formação de sujeitos, o MST se forma na unidade da diversidade, o implica afirmar que os sujeitos se imbricam na formação de uma identidade social mais ampla, que é identidade Sem Terra.

Caldart (2004, p.34) define ser Sem Terra:

Formado pela dinâmica da luta pela Reforma Agrária e do MST, pode ser entendido também como um novo sujeito sociocultural, ou seja, uma coletividade cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de tipo de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista [...].

A partir desse entendimento é que se busca conhecer como ocorre a formação do sujeito político coletivo no MST. Um elemento norteador dessas questões é que se constitui como princípio do movimento é a luta pela educação, que deve ser pensada e construída pelos sujeitos que moram no campo. Destaca-se que o movimento por uma educação do campo nasceu como mobilização dos movimentos sociais, da combinação das lutas dos Sem Terra, pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária, com as lutas de

resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas, seu território, sua identidade.

Para a pesquisa, foram realizadas entrevistas com militantes do MST-TO, assim como observações das atividades desenvolvidas pelo Movimento nas ações de ocupações de terras, manifestações, marchas, jornadas, congressos, grupos de estudos, reuniões e encontros estaduais e nacional do movimento, para elaboração de estratégias políticas, a fim de combater o desenvolvimento predatório do capital e lutar pela reforma agrária. Esses espaços de organização da cultura política e formação dos intelectuais orgânicos do movimento são elementos para estudo da pesquisa.

Ressalta-se que a pesquisa se encontra em andamento e o resultado parcial aponta que há educação que se dá em outros espaços formativos, como por exemplo nas ações coletivas e na resistência cotidiana da luta pela reforma agrária. Isso pode implicar em processos formativos e educação dos sujeitos Sem Terra. Educação que pode resultar de processos de interação de saberes mais amplos, que envolvem toda a vida.

Como conceito de educação, referencia-se a partir do que Gramsci define ser educação.

1. Formação dos intelectuais orgânicos no MST

Como intelectuais orgânicos, Gramsci (2004) ressalta que cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais. Salienta o autor:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômico, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 15)

Nesse sentido, pode-se afirmar que, como os intelectuais orgânicos que cada nova classe gesta, ela cria também novos repertórios que podem dar direção ideológica. Para exemplificar melhor, Gramsci (1996) chama a atenção para o fato de que todo homem, de

alguma forma, desenvolve uma atividade intelectual no sentido de ter uma concepção de mundo, de moral, contribuindo para mantê-la ou transformá-la, de modo que possibilite novas formas de pensar e agir. Assim é que:

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. (GRAMSCI, 1996, p. 8)

Por isso, o autor afirma que todos os homens são intelectuais, embora nem todos exerçam a função na sociedade de intelectuais. Isso implica dizer que não existe atividade humana de que se exclua a intervenção intelectual, pois, para Gramsci (1996, p.7), “[...] não se pode separar o homo *faber* do homo *sapiens*”. Ambas as atividades estão intercambiadas, a partir da própria relação de trabalho existente na produção humana. E, para a formação de intelectuais orgânicos, não mais se apoiaria nas técnicas de eloquência, oratória, enquanto discurso para formar ideologias, mas, sim, na relação de práxis, portanto. Isto revela que esse novo intelectual deverá elevar-se à técnica - ciência e à concepção humanística histórica para atingir a condição de dirigente político, a fim de se organizar a cultura.

Essa discussão de formação de intelectuais é o fundante das reflexões propostas neste artigo, qual seja: a formação e educação de intelectuais orgânicos no MST-TO, e que se tem na educação a forma/conteúdo de elaboração dos intelectuais orgânicos dos diferentes grupos da sociedade. “Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido da dominação é a luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes [...]”. (GRAMSCI, 1996, p. 9). Isso quer dizer que os grupos sociais que dominam a sociedade e impõem uma forma de organização da cultura elaboram constantemente seus próprios intelectuais orgânicos.

Nesse sentido, busca-se identificar, no projeto de formação do MST, a construção de intelectuais orgânicos:

Um processo infinito e sistemático de reflexão sobre a prática, de busca de conhecimentos já produzidos socialmente, e, um processo de produção e socialização de novos conhecimentos a partir das realidades concretas que se vive. Isto é, conhecimentos que brotam das contradições concretas da realidade; brotam do confronto das ideias e destas com a realidade e, em nosso caso, numa perspectiva de decifrá-la para transformá-la. (CARTILHA MST, 2013, p. 27)

É a partir do entendimento acima que o MST revela sua matriz de formação e de projeto político a partir de linhas de formação, quais sejam: 1) Processo contínuo, amplo, infinito e sistemático de reflexão sobre a prática, na busca de conhecimentos já produzidos socialmente, assim como de produção e socialização de novos conhecimentos a partir das realidades concretas em que se vive, a fim de elevar o nível de consciência dos militantes do movimento; 2) Contribuir na implementação das estratégias da organização de acordo com os objetivos do movimento; 3) Formar militantes para a luta de classes, contribuir para a constituição da classe em luta; 4) Contribuir na elaboração teórica, na produção de novos conhecimentos para o desenvolvimento dos setores, coletivos e da organização como um todo; 5) Contribuir na formulação de métodos de trabalho, de direção, de planejamento, na implementação dos princípios de forma participativa; 6) Refletir sobre a realidade, as contradições e possibilidades dos assentamentos e da Reforma Agrária; 7) Formação de quadros deve estar vinculada a um projeto político; 8) Primar pela autonomia política e ideológica com relação ao Estado; 9) Potencializar a realização de cursos formais (escolarização) para formar militantes e dirigentes, elevar o nível das coordenações pedagógicas dos cursos; 10) Qualificar o debate em torno da participação das mulheres na organização do MST; 11) Formação para o incentivo das místicas revolucionárias e internacionalista, avançando no conteúdo e na forma da sua vivência; e, por fim, 12) Formar formadores, a fim de ampliar os coletivos de formação em todos os níveis (CARTILHA MST, 2013).

Essas dimensões apresentadas afirmam-se no texto síntese elaborado pela Via Campesina da Amazônia, da qual o MST faz parte, chama atenção para a questão do momento histórico e seus desdobramentos no interior de cada processo, de cada organização e cada coletivo político. O momento é de aglutinação do projeto, de políticas de alianças com outras forças, para elaboração teórica e construção do programa de formação de quadros,

militantes e dirigentes nas organizações. (TROCATE, 2014, p. 5). Para um militante da Direção Estadual do Tocantins, desde sua origem o MST – Tocantins, tem-se como grande desafio:

A Formação política no MST, hoje ela é organizada pelo setor de formação que tem um quadro de militantes, que tem um coletivo nacional, que tem a tarefa de uma organização e uma orientação formativa no que diz respeito às obras clássicas que os militantes devem estudar, refletir, analisar, problematizar e produzir as sínteses. Mas também, principalmente, se dá no processo da luta, ela se dá tanto nos cursos de formação política que vai aí desde as escolas estaduais, os cursos básicos nas regiões, os cursos nacionais, que no início do movimento Sem Terra existia as escolas nacionais de 60 a 80 dias, com militantes de todo o Brasil em processo de militância permanente. Mas, principalmente ela se dá no processo da luta permanente, então a luta ela está em transformação, porque para nós, ela é um processo formativo. E na qual hoje nós temos a escola nacional Florestan Fernandes em São Paulo, que é quem organiza que é quem centraliza todo esse debate da formação política do MST. (**Dirigente Estadual**, MST-TO, 2016).

Esta fala remete à importância do MST na formação dos sujeitos Sem Terra, aqui entendida como teoria e prática da formação humana. Por isso, olhar a formação dos Sem Terra é ver o MST enquanto sujeito pedagógico, enquanto coletividade em movimento, que produz uma prática educativa com intencionalidade no processo de formação das pessoas que o constitui. Tal intencionalidade está contida na própria trajetória histórica do movimento na luta de classes. Isso se dá por meio de seus objetivos, princípios, valores e projeto de sociedade que produz. Nesse sentido, o MST se constitui num sujeito pedagógico (CALDART, 2004). E as ocupações de terra se constituem numa ação de práxis para formação do sujeito coletivo no MST.

2. Ocupações de terra como formação do sujeito político coletivo no MST

Muitas são as trajetórias familiares, políticas e culturais que levaram às ocupações de terra e, posteriormente, à formação de acampamentos do MST no Tocantins. A expansão do movimento pelo Estado trouxe várias inovações táticas e organizativas na luta pela terra. Pode-se destacar a adesão a uma concepção de mobilização de massa e política de luta, com implicações tanto para a mobilização local dos trabalhadores como para a definição de

alianças políticas com outros estados. As decisões tomadas nos acampamentos do MST são pautadas por uma organicidade no interior dos acampamentos.

A partir da fala de um militante que está há muitos anos no Movimento, é possível verificar a importância da formação política e da organicidade do movimento para a construção de uma outra cultura política:

No MST não tem presidente, nós trabalha com uma direção coletiva, no caso eu sou frente de massa, o outro companheiro é da educação, outra é produção e formação, é isso que nós precisa no movimento. Um dia minha mãe dizia: Meu filho, que diabo de movimento é esse? Vocês não querem, né, a terra? O que vocês querem com política, o que vocês querem com saúde, o que vocês querem com educação? Mãe, a Reforma Agrária é uma feijoada, ela tem que ter tudo isso, só a terra não resolve, se a gente pegar a terra e não ter formação, nós vamos morrer de fome em cima dela, enroladinho bem assim, e ainda vamos colocar a culpa em Deus...[...] Depende de nós, da nossa organização, da nossa fé, do grupo que nós participar, porque se não, nós vamos morrer lascado sem conhecimento, sem nada, pois é preciso cada um de nós estudar, porque cada um de nós não é doutor não, mas conhece o que é a política, o que é a políticas públicas. Essas políticas que tem por aí, assim nós estuda todo os dias e de pedacinho em pedacinho vai montando o quebra cabeça [...] mas nós temos que analisar porque sem não nós não sabe o que eles estão dizendo (**Entrevistado**, 2015).

Isso pode revelar, a partir do que Porto-Gonçalves (2014) adverte ser, as manifestações dos que são vítimas do contraditório processo de desenvolvimento no campo brasileiro, que são caracterizados pela grande mídia e burguesia como desordeiros, e que é preciso considerar em sua subjetividade, pois: “Trata-se da voz dos que questionam esse padrão de poder agrário através de manifestações realizadas em todo país” (PORTO-GONÇALVES, 2014, p, 151).

Implica dizer que, nas disputas, há o protagonismo dos movimentos sociais, grupos e etnias que não sofrem somente a violência, mas também operam na disputa contra a hegemonia do bloco que dirige o poder. Um bloco de organizações camponesas é fruto das contradições do capital, do modelo de desenvolvimento. No interior desse bloco, é necessário indicar que força política e social construir, ajustando a tática e o método de trabalho organizativo, a fim de pautar uma alternativa política de negação e superação. Nesse sentido, é preciso territorializar os movimentos numa perspectiva de converter-se numa contradição ao

capital. E que, sobretudo, a frente camponesa tenha, na dimensão da sua territorialização, a manutenção dos territórios históricos (Documento da Via Campesina Amazônia, 2013, p.6).

Mas alguns desafios estão postos para a organização dos camponeses, o que é imprescindível destacar: territorialização e manutenção dos territórios históricos; reelaborar e reafirmar as táticas de enfrentamento nos movimentos; desenvolver uma plataforma política de unidade; e, especialmente, ter um programa de formação (TROCATE, 2014, p. 7).

Para Gramsci (1996), a formação de intelectuais ocorre por meio de processos concretos, nos quais os grupos sociais com concepções do mundo partilham de um determinado modo de pensar e de agir.

Então, na luta o acampamento é um espaço, é uma escola de formação, dentro da lona né? Mas é uma forma que o movimento achou para denunciar e pra juntar os trabalhadores, é uma experiência de luta, é uma forma histórica. No futuro, talvez, podemos superar essa forma, mas até hoje eu desconheço outra que tenha possibilitado movimentar as pessoas, criar consciências, processos, projetar militantes, elevar o nível de conhecimento das famílias (**Entrevistado**, setor de formação MST-Nacional, escola Florestan Fernandes, 2015).

A formação política no MST está ligada aos acampamentos e assentamentos, e são desses espaços que emergem novos militantes. Nesse caso, a formação é o elemento norteador para a organicidade do movimento e é por meio das ações políticas desenvolvidas, como as ocupações, por exemplo, que se busca fazer a formação dos sujeitos em luta, como destacou o entrevistado. O MST conseguiu desenvolver uma estrutura formativa por meio dos setores de educação e formação política. Os cursos de formação para a militância ocorrem nos acampamentos, nas regionais e escola Nacional Florestan Fernandes em São Paulo.

2. Educação como dimensão política no MST

As dimensões e as matrizes pedagógicas desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo, através da educação, nas ações coletivas e nas escolas convencionais deixam marcas na formação dos atores sociais. Um componente que os movimentos trazem para o pensar e fazer educativos é reeducar para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação. São sujeitos em movimento, em ação coletiva, novos e velhos atores sociais em cena que se mostram como

atores em público, com maior ou menor destaque. Seu perfil é diverso: trabalhadores, camponeses, mulheres, negros, povos indígenas, jovens, sem-teto. Sujeitos coletivos históricos, resistindo, em movimento.

Daí deriva o saber social, quando os sujeitos e grupos buscam compreender a realidade em que estão submersos, tentando aumentar a capacidade de defesa dos seus próprios interesses, sejam estes econômicos, políticos ou culturais. O saber social é, desse modo, produzido a partir dos conflitos vivenciados pela classe trabalhadora do campo. Logo, o conhecimento se processa na própria experiência de vida, sem lugares específicos para transmissão do saber.

Para Christófoli, 2006, p.95), no MST,

O processo educativo, desde seu início, acontece de forma coletiva, com a constituição de comissões nos acampamentos, que se encarregam dos vários aspectos da vida coletiva: construir um barraco para funcionar como escola, conseguir doações de materiais escolares, ou construir bancos e mesas improvisadas para as crianças sentarem etc. Aos poucos essas comissões começam a discutir o processo pedagógico, o aprendizado, a legalidade da escola etc. Essa marca do fazer-coletivo imprime-se como código genético da educação no MST, desde sempre. Não surgiu como elemento teórico trazido de fora, mas como resultado natural de um processo organizativo e de luta no acampamento, que buscava sempre construir coletivamente as principais decisões envolvendo aquela coletividade em luta.

Essa é a base para a construção de uma educação que busca a formação de sujeitos históricos. E a educação do campo nasceu demarcando uma posição no confronto e na disputa por projetos de campo; contra a lógica do campo, como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que destrói a vida que nele existe. A educação do campo é um conceito em construção, que tem nos movimentos sociais do campo o protagonismo. Passa a ser chamada assim a partir da I Conferência Nacional, realizada em 1998, e depois em 2002, reafirmada no seminário em 2004.

A compreensão da Educação do Campo se efetiva no exercício analítico de identificar os polos de confronto que a institui como prática social e a tomada de posição (política, teórica) que constitui sua especificidade e que exige a relação dialética entre particular e universal, específico e geral. Há contradições específicas que precisam ser enfrentadas, trabalhadas,

compreendias em relação com as contradições mais gerais da sociedade brasileira e mundial (ARROYO, 2012, p. 82).

A educação do campo exige que seja pensada a partir de três elementos constitutivos da realidade social: Campo, Políticas Públicas e Educação. Essa tríade, como a autora denomina, é sempre tensa. E para Caldart (2008):

Há um detalhe muito importante no entendimento da Educação do campo: o campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito a uma boa parte da população do país; se refere a processos produtivos que são a base de sustentação da vida humana, em qualquer país. Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura e de educação (CALDART, 2008, p. 74).

No Programa Agrário do MST (2013, p. 45), a educação aparece como ponto importante na proposta. Pois o acesso à educação, no sentido da escolarização ampla, e aos bens e valores culturais, são condições necessárias e imprescindíveis para a Reforma Agrária e para a democratização da sociedade. Ainda mais, deve-se considerar que a educação é um direito fundamental de todas as pessoas e deve ser atendida no próprio lugar onde vivem, respeitando-se o conjunto de suas necessidades humanas e sociais.

Assim, o acesso à educação pelos trabalhadores é uma das condições básicas da construção do projeto Reforma Agrária Popular.

Implementar um programa massivo de alfabetização de todos os jovens e adultos do campo, universalizar o acesso à educação básica, construção e manutenção de escolas em todas áreas de Reforma agrária, transporte intracampo que garanta o fluxo de estudantes entre escolas das próprias comunidades do campo, processo de formação continuada para os educadores, ampliar o acesso de jovens e adultos à educação superior, implementar programas de formação e projetos de experimentação/pesquisa em agroecologia, apoiar as redes de pesquisadores que priorizem investigações e projetos de extensão universitária voltados para a melhorias dos processos educativos desenvolvidos em áreas de Reforma Agrária (CARTILHA PROGRAMA AGRÁRIO DO MST, 2013, p. 46- 47).

Nesta perspectiva é que se aponta, através da fala de um entrevistado, que a educação é indispensável para o avanço da territorialização do campesinato e para formação do sujeito coletivo.

A Educação é uma coisa que eu defendo, a educação não é só feita nas escolas, mas em todos os espaços que a gente está, então, por exemplo, nesse momento nós estamos em um processo de educação e essa Educação que a gente está tendo aqui ela pode e deveria ir para as escolas, ou seja, é a vida das pessoas, é a cultura das pessoas e história de vida da classe que não pode chegar na escola. O Brasil, de um modo geral, ele é um país latifundiário. Então, sempre teve aqueles que mandaram e isso ocorre a partir do poder que é estabelecido pela posse da terra, então a educação é um instrumento de poder. Tem que ser pra nós também (**Entrevistada**, 2015).

Isso revela a importância da educação para os sujeitos Sem Terra. Como afirma Caldart (2008), a educação do campo é positividade, porque a denúncia é a combinação com a prática, com proposições concretas do que fazer e como fazer, onde a educação, as políticas públicas, a produção, a organização das comunidades são práticas políticas. E, sobretudo, é projeto, utopia de outra concepção de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Isso possibilita uma perspectiva de transformação social e de emancipação humana. Educação, para um acampado, é:

Quando a gente ocupa estamos em processo de educação. Quando fazemos marcha, estamos em um processo de educação. Quando se organizam em coletivos, de Educação de Juventude, das Mulheres, então, esses coletivos produzem o conhecimento e é esse conhecimento que vai nós fortalecer [...] (**Entrevistada**, 2015).

Para Caldart (2008), uma questão é crucial no entendimento da educação do campo: qual concepção de educação que constitui ou que emerge da materialidade histórica da sua luta? Outra questão importante é qual o lugar da educação do campo no projeto educativo dos movimentos sociais, que são protagonistas das lutas que lhes originou? Questões como estas balizam as reflexões do MST em seus espaços formativos. A materialidade educativa de origem da educação do campo está nos processos de formação dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo. Refere-se, portanto, à relação entre teoria e prática, ou seja, a *práxis*.

Para Gramsci (1979), a crise da organização da escola, de uma política de formação dos quadros intelectuais, ocorre em função da crise mais ampla que a sociedade vive. O autor adverte que a escola única deveria ter uma ênfase na cultura geral, humanista, formativa, que

atenda a capacidade técnica e o trabalho intelectual. Mas o autor chama atenção para o fato de que:

A tendência é a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada (ou imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para o futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. (GRAMSCI, 1979, p. 119)

O autor continua indagando sobre o papel da escola na formação de intelectuais. E afirma que a tendência da sociedade capitalista é que sejam criadas escolas especializadas próprias, assim como cada atividade intelectual deverá organizar círculos próprios de cultura, assumindo a função das instituições pós-escolares, especializadas em organizar o conhecimento científico, dando-lhes a direção. Ao contrário, Gramsci (1979, p 121) defende a criação da escola unitária:

A escola unitária ou de formação humanista, ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levados a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa.

Considerações finais

As relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade; por conseguinte, são a base concreta sobre a qual estão determinadas as relações jurídicas e políticas, e sobre a qual estão as formas de consciência social. Nesse aspecto, o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política, intelectual, portanto, não é a consciência, afirma Marx, que determina o seu ser, é o seu ser social que determina a sua consciência.

A partir desse entendimento, verifica-se que a formação dos sujeitos políticos coletivos Sem Terra ocorre sobre uma realidade que contém um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade, que entram em contradição

com as relações de produção existentes. Ou seja, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência dos conflitos.

Ademais, as lutas sociais formam novos sujeitos sociais, em vários espaços e em tempos históricos determinados, e isto ocorre em meio a um processo cultural. Para Caldart (2004, p. 76), significa: 1. Que um grupo ou movimento se torna sujeito social, quando se sabe o sujeito, e não necessariamente no sentido intelectual desse termo, e este saber-se sujeito implica em experimentar sua condição em termos culturais; 2. Que a cultura produzida no processo forma sujeitos e passa a ser um elo importante para uma compreensão mais profunda do próprio processo histórico.

Outro elemento importante que foi identificado na pesquisa é o projeto que norteia o Movimento, pois apresenta o que Berger (2015, p. 3) aponta ser importante:

O projeto só existe verdadeiramente se houver um objetivo final e se os objetivos imediatos estão coerentes ou pelo menos não entram em contradição com ele. Assim, a correspondência, e em alguns casos, devido as condições sociais e históricas, a não-contradição, entre objetivos imediatos e objetivo final é fundamental para a existência de um projeto.

A pesquisa apontou que o MST apresenta um projeto de sociedade e um programa de Reforma Agrária Popular que vislumbra uma forma de sociedade e de homem, assim como as relações de produção desta sociedade, e isto está indicado a partir do seu programa, não obstante as contradições se revelem no percurso do processo da materialidade da realidade. Outro elemento importante da pesquisa é que se revela no processo formativo do Movimento é que possui uma estrutura organizativa própria dos partidos políticos de esquerda. Isto quer dizer organizar uma parcela das classes subalternas visando à construção de uma nova hegemonia para a transformação da sociedade.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. *Revista Trabalho & Educação*, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, v.21, n.3, p.81-93, set./dez. 2012.

BERGER, Patrick. Movimentos sociais: futuro e utopia. *Revista Marxismo e Autogestão*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2015.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). *Por uma educação do campo*. Brasília: Incra; MDA, 2008.

CARTILHA PROGRAMA AGRARIO DO MST. *Sobre os nossos desafios e as linhas políticas de atuação do MST*. São Paulo, 2013.

CHRISTÓFFOLI, Pedro Ivan. Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais. In: *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão – MDA*. Brasília, 2006.

GRAMSCI, Antônio. A organização da cultura. In: _____. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1979.

_____. A organização da cultura. In: _____. A formação dos intelectuais. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução Carlos Nelson Coutinho com colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. *O campo se manifesta: A questão da reforma Agrária no BRASIL*. Conflitos no Campo. CPT Nacional, 2014.

TROCATE, Charles (Org.). *Ideias para o pensamento político da via camponesa na Amazônia: pela construção de um bloco camponês e popular*. Marabá-PA: Iguana, 2014.